

**JORGE ALVES CORREIA**

**DIREITO  
PÚBLICO  
Luso e Brasileiro**

**UM EXERCÍCIO DE DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO**

**1ª edição brasileira**

**Obra em português de Portugal**

**THOMSON REUTERS**

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amália Strojnowski, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Coordenação*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

*Designer Editorial:* Lucas Kfourí

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

*Capa:* Lucas Kfourí

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROBOSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Correia, Jorge Alves

Direito público luso e brasileiro : um exercício de direito constitucional comparado / Jorge Alves Correia. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5991-897-3

1. Direito comparado 2. Direito constitucional 3. Direito público - Brasil  
4. Direito público - Portugal I. Título.

21-67842

CDU-342(469:81)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Portugal-Brasil : Direito público : Direito constitucional 342(469:81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

## SUMÁRIO

DEDICATÓRIA.....	5
NOTA PRÉVIA.....	7
SIGLAS .....	11

### PARTE I MACROCOMPARAÇÃO

#### CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PÚBLICO LUSO-BRASILEIRO

1. Terminologia .....	23
2. Objeto e funções.....	24
2.1. Função de qualificação do direito nacional.....	25
2.2. Função de comparação integradora .....	26
2.3. Função de comparação por contraste.....	27
3. Método comparativo .....	28
4. Macrocomparação e microcomparação .....	33
5. Conteúdo do Direito Público Luso-Brasileiro – Plano do Curso.....	35

#### CAPÍTULO II O LUGAR DOS DIREITOS PÚBLICOS PORTUGUÊS E BRASILEIRO ENTRE AS FAMÍLIAS E OS SISTEMAS JURÍDICOS COMPARADOS

1. Sistemas e famílias jurídicas em geral .....	37
2. <i>Civil Law</i> e <i>Common Law</i> .....	38
2.1. Fontes do Direito .....	39
2.2. O precedente judicial.....	39
2.3. Metodologia jurídica.....	40
2.4. Profissões jurídicas .....	41
3. Sistemas e modelos constitucionais.....	43
3.1. O modelo constitucional britânico.....	45
3.2. O modelo constitucional norte-americano .....	46

3.3.	O modelo constitucional francês.....	50
4.	Sistemas de administração pública.....	53
4.1.	Círculo jurídico francês.....	53
4.2.	Círculo jurídico anglo-americano.....	55
5.	Agrupamento dos sistemas jurídicos português e brasileiro em famílias de direito.....	59
5.1.	Fatores históricos.....	59
5.1.1.	Revoluções liberais.....	60
5.1.2.	Codificação.....	60
5.1.3.	Colonização.....	60
5.2.	O direito privado português.....	61
5.3.	O direito privado brasileiro.....	63
6.	Agrupamento dos sistemas jurídicos português e brasileiro em modelos constitucionais.....	66
6.1.	O direito constitucional português.....	66
6.2.	O direito administrativo português.....	69
6.3.	O direito constitucional brasileiro.....	75
6.4.	O direito administrativo brasileiro.....	79
7.	A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	84
8.	Duas questões finais.....	86
8.1.	Uma família constitucional lusófona?.....	86
8.2.	Um constitucionalismo luso-brasileiro?.....	89

### CAPÍTULO III – SÍNTESE COMPARATIVA

1.	Razão de ordem: o lugar dos direitos públicos português e brasileiro entre as famílias e os sistemas jurídicos comparados.....	93
2.	Semelhanças entre os direitos português e brasileiro.....	93
2.1.	Elementos metajurídicos.....	93
2.2.	Elementos históricos.....	93
2.3.	Elementos jurídicos.....	94
2.3.1.	Elementos gerais de direito.....	94
2.3.2.	Elementos de direito público.....	95
3.	Diferenças entre os direitos português e brasileiro.....	96
3.1.	Elementos metajurídicos.....	96
3.2.	Elementos históricos.....	96
3.3.	Elementos jurídicos.....	97
3.3.1.	Elementos gerais de direito.....	97
3.3.2.	Elementos de direito público.....	97

**PARTE II**  
**MICROCOMPARAÇÃO**  
**TÍTULO I**  
**COMPARAÇÃO INTEGRADORA**

**CAPÍTULO I – TRAÇOS GERAIS DE UNIÃO OU HARMONIZAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS PORTUGUÊS E BRASILEIRO**

1.	Uma língua, dois discursos: a questão da identidade luso-brasileira.....	101
2.	A comunidade científica luso-brasileira .....	105
3.	A identidade relacional dos constitucionalismos luso e brasileiro .....	109
3.1.	As duas correntes comuns ao constitucionalismo português e ao constitucionalismo brasileiro.....	109
3.2.	A identidade relacional da Constituição.....	110
4.	Transconstitucionalismo.....	111
5.	As convenções e acordos internacionais entre Portugal e Brasil.....	113

**CAPÍTULO II – A HARMONIZAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS PORTUGUÊS E BRASILEIRO**

1.	Os alicerces dogmáticos.....	117
1.1.	A Constituição como produto de um pacto social fundamental....	118
1.1.1.	O contratualismo como técnica constituinte.....	119
1.1.2.	O contratualismo como teoria legitimadora do Estado Constitucional.....	121
1.2.	A democracia liberal .....	126
1.2.1.	Conceito de democracia liberal .....	126
1.2.2.	Apreciação crítica: a emergência da «democracia iliberal» ...	128
1.2.3.	Contestação popular e redes sociais .....	130
2.	Os alicerces históricos .....	131
2.1.	O constitucionalismo liberal luso-brasileiro .....	133
2.1.1.	A Constituição brasileira de 1824.....	134
2.1.2.	A Carta Constitucional portuguesa de 1826.....	137
2.2.	O constitucionalismo reacionário e autoritário.....	139
2.2.1.	A Constituição portuguesa de 1933.....	141
2.2.2.	A Constituição brasileira de 1937.....	142
2.3.	O constitucionalismo democrático .....	144
2.3.1.	A Constituição portuguesa de 1976.....	144
2.3.2.	A Constituição brasileira de 1988.....	145

3.	Identidade das Constituições Democráticas.....	146
3.1.	As orientações de fundo .....	146
3.2.	A Constituição portuguesa de 1976 .....	148
3.3.	A Constituição brasileira de 1988 .....	152
4.	Súmula dos períodos de aproximação ou convergência entre os sistemas constitucionais português e brasileiro .....	158
5.	Caraterísticas comuns às Constituições democráticas.....	159
5.1.	Constituição votada .....	160
5.2.	Constituição escrita e formal .....	160
5.3.	Constituição rígida .....	162
5.4.	Constituição dirigente .....	165
5.5.	Constituição compromissória.....	167
5.6.	Constituição-garantia e direitos fundamentais .....	168
5.7.	Sistema misto de controlo da Constituição .....	169

### CAPÍTULO III – SÍNTESE COMPARATIVA

1.	Razão de ordem .....	171
2.	Harmonização entre os sistemas constitucionais português e brasileiro... ..	171
2.1.	Elementos metajurídicos .....	171
2.2.	Elementos dogmáticos.....	172
2.3.	Elementos históricos.....	172
2.4.	Elementos jurídicos .....	174

## TÍTULO II COMPARAÇÃO POR CONTRASTE

### CAPÍTULO I – TRAÇOS GERAIS DE AFASTAMENTO ENTRE OS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS PORTUGUÊS E BRASILEIRO

1.	Contrastes culturais, sociais, territoriais e populacionais.....	177
2.	A inflexão norte-americana do direito público brasileiro.....	178
3.	As forças centrífugas que operam no sentido da diferenciação dos sistemas jurídicos.....	179

### CAPÍTULO II – A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO ESTADO (FORMA DE ESTADO)

1.	As alternativas em equação.....	181
2.	Na CRP.....	182

2.1.	Princípios gerais .....	182
2.2.	Níveis territoriais de poder político.....	183
2.2.1.	União Europeia .....	184
2.2.2.	Estado .....	187
2.2.3.	Regiões autônomas.....	189
2.2.4.	Autarquias locais.....	190
2.3.	Qualificação da forma de Estado.....	191
3.	Na CFB.....	194
3.1.	Princípios gerais .....	194
3.2.	O problema da repartição de competências federativas.....	196
3.3.	O equilíbrio federativo.....	198
3.4.	Níveis territoriais de poder político.....	198
3.4.1.	A União .....	199
3.4.2.	O Distrito Federal.....	201
3.4.3.	Os Estados Federados.....	202
3.4.4.	Os Municípios.....	205
3.5.	Breve referência aos setores da Administração Pública brasileira...	207
3.6.	Qualificação.....	208
4.	Síntese comparativa: o contraste na forma de Estado.....	209

### CAPÍTULO III OS SISTEMAS DE GOVERNO

1.	Os modelos em equação .....	213
2.	Formas de governo na CRP .....	215
2.1.	Estado.....	216
2.1.1.	Presidente da República .....	216
2.1.2.	Assembleia da República .....	218
2.1.3.	Governo .....	219
2.1.4.	Qualificação .....	220
2.2.	Regiões autônomas .....	222
2.3.	Autarquias locais.....	223
3.	Formas de governo na CFB.....	224
3.1.	União .....	225
3.1.1.	Congresso Nacional .....	225
3.1.2.	Presidente da República .....	227
3.1.3.	Qualificação .....	230
3.2.	Estados federados e Distrito Federal .....	231

3.3. Municípios.....	232
4. Síntese comparativa: o contraste no sistema de governo.....	233

#### CAPÍTULO IV – ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

1. Os Tribunais na CRP.....	237
1.1. Direito à justiça.....	238
1.2. Serviço público de justiça e apoio judiciário .....	238
1.3. Tribunais arbitrais.....	239
1.4. Organização judiciária .....	240
1.5. Tribunal Constitucional.....	241
1.6. Tribunais europeus .....	243
1.7. Ministério Público .....	244
1.8. Conselhos superiores da magistratura .....	245
2. Os Tribunais na CFB.....	246
2.1. Direito à justiça.....	246
2.2. Serviço público de justiça e defensoria pública .....	246
2.3. Tribunais arbitrais.....	247
2.4. Organização judiciária .....	248
2.4.1. Justiça federal.....	250
2.4.2. Justiça estadual.....	251
2.5. Supremo Tribunal Federal .....	252
2.6. Súmula Vinculante.....	255
2.6.1. Os assentos.....	255
2.6.2. Súmula vinculante.....	257
2.7. Advocacia Pública.....	259
2.8. Ministério Público .....	261
2.9. Conselhos Superiores da Magistratura.....	262
3. Síntese comparativa: a diferente estrutura e organização judiciárias .....	263

#### CAPÍTULO V – TUTELA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

1. Preliminares .....	269
2. Na CRP.....	270
2.1. Os direitos fundamentais na CRP.....	270
2.2. Regime jurídico dos direitos fundamentais.....	271
2.3. Sistematização dos direitos fundamentais.....	271
2.4. Remédios e garantias de proteção jurídica .....	273



2.4.1.	Meios de tutela político-administrativa .....	273
2.4.2.	Direito de resistência .....	274
2.4.3.	Meios reparatórios ou compensatórios.....	275
2.4.4.	Meios de tutela judicial.....	275
2.4.4.1.	Acesso ao direito e tutela judicial efetiva.....	276
2.4.4.2.	<i>Habeas corpus</i> .....	276
2.4.4.3.	Meios especiais de justiça constitucional.....	277
2.4.4.4.	Meios especiais de justiça administrativa.....	279
2.4.4.5.	Meios especiais de justiça europeia.....	280
3.	Na CFB.....	281
3.1.	Os direitos fundamentais na CFB.....	281
3.1.1.	A sistematização dos direitos fundamentais na CFB.....	282
3.1.2.	A aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais.....	284
3.2.	Remédios e garantias de proteção jurídica .....	286
3.2.1.	Meios de tutela político-administrativa.....	286
3.2.2.	Meios de tutela jurisdicional .....	287
3.2.2.1.	<i>Habeas corpus</i> .....	287
3.2.2.2.	Mandado de segurança .....	288
3.2.2.3.	Mandado de injunção .....	289
3.2.2.4.	<i>Habeas data</i> .....	292
3.2.2.5.	Ação popular .....	293
3.2.3.	Meios especiais de justiça internacional .....	294
4.	Síntese comparativa: o contraste dos meios de tutela de direitos fundamentais.....	295

## CAPÍTULO VI – JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

1.	Preliminares .....	299
2.	Na CRP.....	300
2.1.	Controlo abstrato.....	301
2.1.1.	Controlo preventivo.....	301
2.1.2.	Controlo sucessivo .....	303
2.1.3.	Controlo da inconstitucionalidade por omissão.....	305
2.2.	Controlo concreto.....	306
3.	Na CFB.....	307
3.1.	Controlo concreto.....	308
3.2.	Controlo abstrato sucessivo .....	310
3.2.1.	Ação direta de inconstitucionalidade genérica .....	311

3.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade interventiva.....	312
3.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	313
3.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade .....	314
3.2.5.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	317
4.	O <i>amicus curiae</i> no direito brasileiro.....	318
5.	Síntese comparativa: o contraste na justiça constitucional.....	319
<b>O CONTROLO DE CONSTITUCIONALIDADE NA CRP.....</b>		<b>323</b>
<b>O CONTROLO DE CONSTITUCIONALIDADE NA CFB.....</b>		<b>327</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>		<b>331</b>